

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO --

Questão 1

Mariana era empregada de Fátima, tabeliã titular de uma serventia extrajudicial no estado de Roraima, que faleceu nessa atividade pouco depois de demitir Mariana, sem lhe ter pago corretamente os direitos trabalhistas. Meses depois desses eventos, Rosa assumiu, após aprovação em concurso público, a titularidade da serventia. Mariana ajuizou ação trabalhista contra Rosa e o estado de Roraima, sob a alegação de sucessão trabalhista e responsabilidade subsidiária, motivo pelo qual Rosa deveria responder pelas verbas trabalhistas não pagas por Fátima.

Nessa situação hipotética, considerada a jurisprudência prevalecente acerca da responsabilidade trabalhista de titulares de serventias extrajudiciais, a responsabilidade pelo pagamento das verbas devidas a Mariana é

- Ⓐ de Rosa, apenas.
- Ⓑ de Rosa e, subsidiariamente, do estado de Roraima.
- Ⓒ do espólio de Fátima e de Rosa, por sucessão.
- Ⓓ do espólio de Fátima, apenas.
- Ⓔ do estado de Roraima, apenas.

Questão 2

No que se refere aos emolumentos cobrados pelos serviços notariais e registrais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os emolumentos têm natureza jurídica tributária, da espécie taxa, pela prestação de serviço público específico e divisível, consistente na prática de ato notarial ou registral.
- Ⓑ A arrecadação dos emolumentos deve destinar-se à remuneração dos notários e registradores, pela prestação do serviço público correspondente, ao passo que o ressarcimento dos oficiais de registro e de notas pela prática de atos gratuitos deve provir apenas da arrecadação tributária geral do estado.
- Ⓒ Compete ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), à vista de proposta dos tribunais de justiça, definir os valores dos emolumentos, a fim de propiciar relativa uniformidade na fixação deles.
- Ⓓ No caso de apostilamento referente a documento brasileiro para produzir efeitos no exterior, os notários e registradores brasileiros têm discricionariedade para dispensar a parte interessada de pagar os emolumentos correspondentes.
- Ⓔ Havendo qualquer necessidade de retificação de ato de serviço notarial ou de registro, os emolumentos devem ser novamente cobrados dos interessados.

Questão 3

À luz da evolução histórica da legislação sobre os serviços notariais e de registro no Brasil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O advento do Código Civil de 1916 constituiu importante avanço para o registro imobiliário, dada a criação do sistema de matrícula dos imóveis.
- Ⓑ Tecnicamente, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF), os titulares de serventias extrajudiciais passaram a ser considerados funcionários públicos.
- Ⓒ Durante a vigência da sistemática conhecida como registro do vigário, cabia aos vigários das igrejas católicas reconhecer a posse de imóveis no Brasil.
- Ⓓ A partir da Constituição Federal de 1967, as serventias extrajudiciais passaram a equiparar-se a órgãos públicos, do ponto de vista normativo.
- Ⓔ Apenas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF), passou a existir no Brasil a necessidade de concurso público para provimento das serventias extrajudiciais.

Questão 4

Acerca dos princípios norteadores dos serviços notariais e de registro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na atividade registral, impõe-se, pelo princípio da rogação, que o oficial aguarde a iniciativa da pessoa participante do ato jurídico original, interessada no registro.
- Ⓑ Não obstante o princípio da precedência, certas dívidas tributárias podem impedir que um título apresentado a registro receba o número de ordem no protocolo do serviço.
- Ⓒ O princípio da autenticidade gera presunção absoluta de que os documentos oriundos de serviço notarial ou registral são verazes e legais.
- Ⓓ A aplicação de impedimentos, o dever de sigilo profissional e um sistema de responsabilidade são traços que compõem o princípio da imparcialidade dos registradores.
- Ⓔ No registro imobiliário, o princípio que embasa a exigência de identificação precisa dos titulares de direito sobre um imóvel é o da especialidade objetiva.

Questão 5

De acordo com a Convenção da Apostila da Haia e a Resolução CNJ n.º 228/2016, julgue os itens a seguir.

- I A aposição de apostila constitui procedimento simplificado de legalização consular.
- II Para a aposição de apostila, consideram-se os aspectos formais do documento, independentemente de seu conteúdo jurídico.
- III A apostila apensa na forma da citada convenção é apta a comprovar a autenticidade da assinatura e a função ou o cargo do signatário do documento.
- IV As apostilas são emitidas e registradas em sistema eletrônico, mas, quando se referirem a documentos assinados fisicamente, será necessário apresentar o original destes.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 6

Em relação aos impressos de segurança dos tabelionatos de notas, à lavratura dos atos notariais e aos documentos apresentados e arquivados, assinale a opção correta.

- Ⓐ Documentos apresentados pelos interessados para a lavratura de atos notariais devem ser fisicamente arquivados, de forma segura e por processos que permitam busca.
- Ⓑ Caso alguém compareça em tabelionato para lavrar ato que dependa da intervenção de advogado e não apresente um, caberá ao tabelião indicar um profissional com base em lista enviada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- Ⓒ A autorização eletrônica de viagem (AEV) de crianças e adolescentes deve ser requerida, emitida e exibida às autoridades de fronteira e às empresas aéreas exclusivamente em meio digital, com código que permita conferir a autenticidade do documento.
- Ⓓ A adoção de impressos de segurança nos tabelionatos de notas é obrigatória em todas as fases dos serviços notariais e de registro, incluindo-se a de preparação e formalização dos atos notariais praticados por meio do e-Notariado.
- Ⓔ A pessoa interessada pode escolher o tabelião de notas para lavrar atos notariais correspondentes a inventário, partilha, divórcio, declaração de separação de fato e extinção de união estável consensuais, e, se houver processo judicial em curso acerca desses fatos, é possível pedir a suspensão do processo, com vistas à adoção da via extrajudicial.

Questão 7

No que concerne às procurações, inclusive ao substabelecimento, à revogação e à renúncia, assinale a opção correta.

- Ⓐ É legalmente possível converter, no registro civil de pessoas naturais, união estável em casamento com base em mandato, seja este público ou particular.
- Ⓑ O domicílio do procurador de uma pessoa jurídica é um fator que notários e registradores devem levar em conta para decidir sobre a comunicação à unidade de inteligência financeira brasileira acerca de uma operação ou simples proposta de operação.
- Ⓒ Para os atos notariais e de registro com conteúdo econômico, os delegatários devem manter cadastro dos titulares dos direitos envolvidos, não havendo necessidade de incluir os procuradores destes.
- Ⓓ Não compete aos notários recusar a lavratura de ato notarial se verificarem a insubsistência dos poderes outorgados em uma procuração, por se tratar de relação entre outorgante e outorgado.
- Ⓔ Nos procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro, as pessoas naturais podem fazer-se representar por procurador, desde que mediante procuração pública.

Questão 8

Assinale a opção correta no que diz respeito à usucapião extrajudicial.

- Ⓐ Nos casos em que o requerente da usucapião extrajudicial é casado ou convive em união estável, é necessária a comprovação do consentimento do cônjuge ou companheiro.
- Ⓑ Se o pedido de usucapião for impugnado, o oficial de registro deverá remetê-lo ao juízo competente, independentemente do conteúdo da impugnação.
- Ⓒ O pedido de usucapião extrajudicial somente pode referir-se à aquisição do direito de propriedade.
- Ⓓ É juridicamente possível a usucapião extrajudicial de unidade autônoma de condomínio edilício, sendo dispensável, para esse fim, o consentimento dos titulares de direitos registrados ou averbados na matrícula dos imóveis confinantes.
- Ⓔ Cada requerimento de usucapião extrajudicial somente pode ter um imóvel por objeto.

Questão 9

A respeito da qualificação dos títulos e de outros documentos de dívida nos tabelionatos de protesto, assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei n.º 9.492/1997.

- Ⓐ No processo de qualificação dos títulos apresentados a protesto, o tabelião deve levar em conta, como fator relevante, as repercussões econômicas do possível protesto.
- Ⓑ Apenas o titular do tabelionato de protestos pode proceder à qualificação dos títulos que lhe sejam apresentados, não podendo delegar essa competência.
- Ⓒ Visando à prevenção da lavagem de bens, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), os tabeliões de protesto, no processo de qualificação, podem exigir quaisquer elementos que repute necessários para o esclarecimento do negócio jurídico.
- Ⓓ Estritamente de acordo com a lei, títulos apresentados a protesto que hajam sido atingidos pela prescrição não devem ser aceitos.
- Ⓔ Irregularidades formais no título podem causar-lhe a desqualificação se não forem atendidas as exigências do tabelião, devendo a decisão de desqualificação do título ser motivada.

Questão 10

Com relação ao funcionamento da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliões de Protesto (CENPROT), assinale a opção correta.

- Ⓐ Os tabeliões de protestos podem realizar auditoria sobre o cumprimento de prazos e procedimentos pelos tabelionatos, e, na hipótese de constatação de descumprimento, a comunicação aos órgãos de correição não será imediata.
- Ⓑ Deve haver apenas uma CENPROT, de caráter nacional.
- Ⓒ Cabe à assembleia de tabeliões de protesto definir a contraprestação pelo envio de informações dos tabelionatos à CENPROT, sujeita à homologação pelo CNJ.
- Ⓓ A CENPROT não pode ser empregada para intimar possíveis devedores de títulos apresentados a protesto.
- Ⓔ As informações obtidas mediante acesso de pessoas físicas e jurídicas à CENPROT, para consulta de adimplemento de títulos e documentos de dívida, têm valor jurídico de certidão.

Questão 11

Acerca da publicidade da situação jurídica de bens, restrições e limitações de direitos no registro de imóveis, assinale a opção correta.

- Ⓐ Toda certidão deve ser emitida pelo registro imobiliário no prazo máximo de cinco dias, contados do pagamento dos emolumentos correspondentes.
- Ⓑ No caso de certidão de inteiro teor acerca de imóvel, tecnicamente não há necessidade de a serventia registral indicar adicionalmente, de forma expressa, a inexistência de ônus incidente sobre ele.
- Ⓒ Cada serventia registral está autorizada a receber apenas pedidos de certidão dos atos nela registrados.
- Ⓓ A publicidade das informações existentes no registro de imóveis deve dar-se de forma invariavelmente indireta, mediante expedição de certidões e informações, para a devida segurança dos dados.
- Ⓔ Informações consistem na comunicação de elementos do registro imobiliário, sendo realizadas geralmente de forma verbal, destinadas a qualquer pessoa e caracterizadas como menos amplas que as certidões.

Questão 12

Assinale a opção correta em relação à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB).

- Ⓐ É juridicamente admissível o uso da CNIB em demandas não tributárias entre particulares, mas em caráter subsidiário, isto é, desde que esgotados outros meios executivos.
- Ⓑ Devido à necessidade de satisfação célere do crédito e à liquidez e exigibilidade dos títulos que fundamentam execuções, dispensa-se aos juízes a observação do princípio do contraditório ao decidirem utilizar a CNIB em ações executivas.
- Ⓒ Apenas autoridades judiciárias podem determinar o cadastramento de ordens de indisponibilidade de bens na CNIB.
- Ⓓ O cadastramento de ordens de indisponibilidade de bens junto à CNIB pode ser realizado com base na inscrição no CPF ou no CNPJ e, no caso de pessoas naturais, em regra, com base em documentos autênticos, como certidão de nascimento ou de casamento, cédula de identidade e outros documentos que permitam identificação segura do devedor.
- Ⓔ Ordens de indisponibilidade de bens na CNIB somente podem ser aceitas se, desde o início, contiverem todos os dados necessários ao cadastramento.

Questão 13

Acerca do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) e da cobrança de valores de consumidores finais, assinale a opção correta de acordo com os Provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça n.º 89/2019, n.º 107/2020 e n.º 115/2021.

- Ⓐ Em casos extraordinários ou urgentes a serem imediatamente comunicados à respectiva corregedoria de justiça, os escritórios de registro de imóveis podem receber pedidos e documentos referentes ao SREI por *email*.
- Ⓑ No caso de uma serventia acumular mais de uma especialidade, além do registro imobiliário, sua cota de participação no Fundo para Implementação e Custeio do Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis (FIC/SREI) deve incidir apenas sobre os atos pertinentes ao registro de imóveis.
- Ⓒ No caso de pedido efetuado por meio do Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado (SAEC), o usuário remoto deve informar *email* para comunicação de notas de exigência, quando necessárias.
- Ⓓ Em nenhuma hipótese poderá ser cobrado valor de consumidor final por serviços prestados pelas centrais registras e notariais, os quais devem ser custeados pelos delegatários, interinos e interventores.
- Ⓔ É obrigatória a existência de uma central de serviços eletrônicos compartilhados dos oficiais de registro de imóveis em cada unidade da Federação.

Questão 14

Cabe ao registro civil de pessoas naturais

- Ⓐ averbar a união estável caso ela seja estabelecida por escritura pública, independentemente de autorização judicial.
- Ⓑ averbar a união estável caso ela seja estabelecida por escritura pública, desde que com a devida autorização judicial.
- Ⓒ averbar a união estável declarada judicialmente.
- Ⓓ registrar a união estável declarada judicialmente ou estabelecida por escritura pública.
- Ⓔ lavrar escritura pública de reconhecimento de união estável e averbá-la no registro de nascimento dos conviventes.

Questão 15

Assinale a opção em que são indicados atos de competência do registrador civil de pessoas naturais realizados por meio de averbação.

- Ⓐ alterações de nomes
- Ⓑ interdições
- Ⓒ sentenças declaratórias de ausência
- Ⓓ opções de nacionalidade
- Ⓔ sentenças que deferirem a legitimação adotiva

Questão 16

O Código Civil de 2002 inovou ao prever que os cartórios de registro civil de pessoas jurídicas registrem

- Ⓐ sociedades simples.
- Ⓑ empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias.
- Ⓒ empresas de agenciamento de notícias.
- Ⓓ empresas jornalísticas.
- Ⓔ oficinas impressoras pertencentes a pessoas jurídicas.

Questão 17

Acerca dos emolumentos devidos ao ofício de registro de imóveis pelo cadastramento de ordem de indisponibilidade de imóvel determinada em juízo, julgue os itens a seguir.

- I Os emolumentos devidos pelo ato de indisponibilidade serão pagos conjuntamente com os de seu cancelamento caso não haja exigência de antecipação.
- II O pagamento dos emolumentos independe de a parte no processo ser beneficiária de justiça gratuita.
- III O cancelamento da indisponibilidade, quando decorrente de ordem judicial, dispensa o pagamento dos emolumentos.
- IV Não são previstas isenções ou imunidades para o pagamento de tais emolumentos.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas o item III está certo.
- Ⓔ Apenas o item IV está certo.

Questão 18

Assinale a opção em que é citada atividade da Central do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, de acordo com o Provimento CNJ n.º 149/2023.

- Ⓐ recepção de títulos em formato físico (papel) para fins de inserção no próprio sistema, dispensando-se, assim, o envio para o registro em cartório de outra comarca
- Ⓑ intercâmbio de documentos eletrônicos e físicos entre os escritórios de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas e o Poder Judiciário
- Ⓒ tramitação de pedidos de certidões direcionados aos cartórios, para que o cartório de destino os insira no sistema da Central
- Ⓓ formação, nos cartórios competentes, de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos eletrônicos
- Ⓔ recepção e envio de títulos físicos e em formato eletrônico

Questão 19

É necessária prévia autorização do Ministério Público para o registro, no registro civil de pessoas jurídicas, de atos constitutivos de

- Ⓐ fundações.
- Ⓑ associações.
- Ⓒ organizações religiosas.
- Ⓓ sindicatos.
- Ⓔ empresas de radiodifusão.

Questão 20

Em conformidade com a Lei de Registros Públicos, é admissível que se registre facultativamente qualquer documento no registro civil de títulos e documentos, com a finalidade de

- A notificação extrajudicial.
- B produção de efeitos em relação a terceiros.
- C preparação para protesto.
- D arquivamento de conteúdo e data.
- E cobrança de dívidas.

Questão 21

Consoante a Lei de Registros Públicos, o registro de títulos e documentos não exige reconhecimento de firma, cabendo exclusivamente ao apresentante a responsabilidade pela autenticidade das assinaturas constantes de documento particular. Todavia, o reconhecimento de firma é exigido em

- A carta de fiança, em geral, feita por instrumento particular.
- B contrato de locação de serviços não atribuídos a outras repartições.
- C contrato de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não.
- D documento de quitação da obrigação constante do título registrado, quando apresentado em meio físico.
- E contrato de locação de prédios.

Questão 22

Caso um oficial de registro cause, no exercício de suas funções, dano a terceiro, responderá pelo dano

- A o Estado, subjetivamente, admitindo-se regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- B o Estado, objetivamente, com o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- C o Estado, subjetivamente, com o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- D o Estado, objetivamente, não se admitindo regresso contra o responsável, ainda que se comprove dolo ou culpa.
- E o oficial de registro, admitindo-se regresso contra o Estado.

Questão 23

Segundo disposto na Lei n.º 8.009/1990, o bem de família é, por regra, impenhorável. Essa impenhorabilidade é oponível em processo de execução movido

- A para a cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.
- B para a execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
- C por ter sido o bem adquirido com produto de crime.
- D pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato.
- E em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência.

Questão 24

Com vistas a facilitar a instalação de microempresas, a Lei Complementar n.º 123/2004 permite ao município conceder alvará de funcionamento provisório, desde que

- A o imóvel seja de propriedade de qualquer dos sócios.
- B a edificação seja provida de regulação fundiária e imobiliária.
- C a microempresa não seja instalada em residência de sócio.
- D o grau de risco da atividade não seja alto.
- E a edificação possua habite-se.

Questão 25

Segundo o disposto no Provimento CNJ n.º 50/2015, sujeita-se a descarte nos registros civis de pessoas naturais

- I declaração de nascido vivo.
- II livro tombo.
- III declaração de óbito.
- IV habilitação para casamento celebrado.
- V documento que tenha instruído o registro de opção de nacionalidade.

Estão certos apenas os itens

- A I, II, III e IV.
- B I, II, III e V.
- C I, II, IV e V.
- D I, III, IV e V.
- E II, III, IV e V.

Questão 26

Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a União

- A tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária e para fiscalizar os regimes próprios de previdência social.
- B tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária, mas não para fiscalizar os regimes próprios de previdência social, por ausência de previsão constitucional.
- C não tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária, mas pode fiscalizar os regimes próprios de previdência social.
- D não tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária nem para fiscalizar os regimes próprios de previdência social, por ausência de previsão constitucional.
- E tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária, mas não para fiscalizar os regimes próprios de previdência social, pois essa competência é exclusiva dos estados.

Questão 27

Com base na jurisprudência do STF acerca do *habeas data*, assinale a opção correta.

- A Sindicato possui legitimidade para impetrar *habeas data* com o objetivo de obter informações relativas a um de seus filiados.
- B O *habeas data* não é meio processual adequado para a obtenção de certidão de inteiro teor de procedimento administrativo de interesse do impetrante.
- C Compete originariamente ao STF julgar *habeas data* impetrado contra ato do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- D Não cabe *habeas data* para a obtenção de acesso a dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.
- E O *habeas data* pode ser utilizado como substituto de recursos ou como instrumento de revisão de decisões judiciais anteriores.

Questão 28

A respeito da convocação de ministros de Estado ou de titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e da requisição de informações a tais autoridades, o STF entende que, em relação aos estados-membros, a norma constitucional correspondente

- Ⓐ não é de observância obrigatória, podendo o poder constituinte decorrente reduzir, mas não ampliar, o rol de autoridades sujeitas à convocação pelo Poder Legislativo estadual.
- Ⓑ não é de observância obrigatória, sendo possível ao poder constituinte decorrente ampliar o rol de autoridades sujeitas à convocação pelo Poder Legislativo estadual, desde que não o reduza.
- Ⓒ não é de observância obrigatória, permitindo-se ao poder constituinte decorrente tanto ampliar quanto reduzir o rol de autoridades sujeitas à convocação pelo Poder Legislativo estadual.
- Ⓓ é de observância obrigatória, mas o poder constituinte decorrente pode ampliar o rol de autoridades sujeitas à convocação pelo Poder Legislativo estadual.
- Ⓔ é de observância obrigatória, vedado ao poder constituinte decorrente ampliar o rol de autoridades sujeitas à convocação pelo Poder Legislativo estadual.

Questão 29

Determinado projeto de lei estadual, que trata de matéria relacionada à organização, à estrutura interna e ao funcionamento do tribunal de contas do estado, foi apresentado à assembleia legislativa por parlamentar estadual.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do STF, o referido projeto de lei é

- Ⓐ inconstitucional por vício formal, pois a iniciativa legislativa compete ao tribunal de contas.
- Ⓑ constitucional, pois não trata de matéria sujeita a competência legislativa privativa.
- Ⓒ constitucional, pois trata de matéria de interesse público, que pode ser proposta por qualquer parlamentar.
- Ⓓ inconstitucional por vício formal, pois a iniciativa é privativa do chefe do Poder Executivo.
- Ⓔ inconstitucional por vício material, pois a iniciativa legislativa compete ao tribunal de contas.

Questão 30

Determinado município editou, no ano de 1977, uma lei cuja constitucionalidade se pretende impugnar na via do controle concentrado junto ao STF.

Nesse caso hipotético, conforme a jurisprudência do STF, é

- Ⓐ cabível ação declaratória de constitucionalidade.
- Ⓑ cabível a interposição de recurso extraordinário.
- Ⓒ incabível a proposição de ação de controle concentrado diretamente ao STF.
- Ⓓ cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- Ⓔ cabível ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 31

Segundo a jurisprudência do STF, a legitimidade para interpor embargos de declaração em sede de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) é atribuída

- Ⓐ a qualquer dos legitimados universais para a propositura da ADI, ainda que não tenha atuado como parte no processo julgado.
- Ⓑ a pessoas naturais com interesse na solução da controvérsia.
- Ⓒ ao advogado-geral da União.
- Ⓓ ao estado-membro, no caso de norma estadual, ou à União, no caso de norma federal.
- Ⓔ ao *amicus curiae*, desde que apresente informações relevantes ou dados técnicos que contribuam para o exame da causa.

Questão 32

De acordo com o entendimento do STF, a modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade

- Ⓐ é admitida por razões de excepcional interesse social, mas os efeitos ficam restritos ao prazo de 12 meses, contados da publicação do ato do julgamento.
- Ⓑ não é admitida, por ausência de previsão legal e constitucional.
- Ⓒ é admitida por razões de segurança jurídica, mas os efeitos ficam restritos ao período anterior à data da sessão de julgamento.
- Ⓓ não é admitida, por implicar o afastamento da supremacia da Constituição.
- Ⓔ é admitida, por representar uma ponderação entre a norma constitucional violada e os princípios constitucionais que resguardam os efeitos já produzidos pela norma inconstitucional, como a segurança jurídica e o excepcional interesse social.

Questão 33

De acordo com a Constituição do Estado de Roraima, têm legitimidade para propor ADI perante o tribunal de justiça do estado

- Ⓐ prefeitos e o procurador-geral do estado.
- Ⓑ o procurador-geral de justiça e partidos políticos com representação no Congresso Nacional.
- Ⓒ confederações sindicais e entidades de classe de âmbito estadual.
- Ⓓ o conselho seccional da OAB e presidentes das câmaras municipais.
- Ⓔ o governador do estado e o defensor público-geral.

Questão 34

Conforme prevê a Constituição do Estado de Roraima, compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar os mandados de segurança impetrados contra atos e omissões

- Ⓐ de secretários municipais dos municípios do estado de Roraima.
- Ⓑ de procuradores de justiça.
- Ⓒ do procurador-geral do estado.
- Ⓓ de deputados estaduais.
- Ⓔ de prefeitos dos municípios do estado de Roraima.

Questão 35

Conforme a jurisprudência do STF, a Constituição Federal de 1988 confere às comissões parlamentares de inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, entre os quais destaca-se a possibilidade de determinar, em relação aos investigados, a

- A indisponibilidade de bens.
- B quebra do sigilo bancário.
- C decretação de prisão preventiva.
- D realização de busca domiciliar.
- E interceptação de comunicações telefônicas.

Questão 36

Beatriz, Gisela e Carla são servidoras públicas, e as seguintes situações ocorreram no exercício de sua função pública: Beatriz liberou verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes; Gisela revelou fato de que teve ciência em razão de suas atribuições e sobre o qual deveria permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada; e Carla realizou operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares.

Nesse caso, estará(ão) sujeita(s) a responder por ato de improbidade administrativa, ainda que por ação ou omissão dolosa,

- A Carla, somente.
- B Beatriz, Gisela e Carla.
- C Gisela e Carla, somente.
- D Gisela, somente.
- E Beatriz e Gisela, somente.

Questão 37

Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o instrumento de contrato poderá ser substituído por

- A nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, somente.
- B carta-contrato, nota de empenho de despesa ou ordem de execução de serviço, somente.
- C carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, somente.
- D carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- E carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, somente.

Questão 38

Segundo entendimento do STJ, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, em razão

- A do princípio da proporcionalidade.
- B do poder-dever de autotutela da administração.
- C da supremacia do interesse público.
- D do princípio da indisponibilidade do serviço público.
- E do princípio da razoabilidade.

Questão 39

Prescrição e decadência são fatos jurídicos por meio dos quais a ordem jurídica confere destaque ao princípio da

- A prevenção.
- B proporcionalidade.
- C precaução.
- D segurança jurídica.
- E razoabilidade.

Questão 40

Lucas, Pedro, João e Frederico são servidores públicos que, no exercício de suas funções, causaram prejuízo a terceiros. Lucas é servidor da secretaria da saúde de certo estado; Pedro, do gabinete do governador de certo estado; João, de autarquia estadual; e Frederico, de fundação pública estadual.

Nessa situação, conforme o entendimento jurisprudencial do STF, responderá direta e civilmente pelo prejuízo causado

- A João, apenas.
- B Frederico, apenas.
- C o Estado.
- D Lucas, apenas.
- E Pedro, apenas.

Questão 41

Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, é correto afirmar que o ato administrativo deverá ser motivado quando

- I criar regra geral para todos os funcionários do órgão.
- II decorrer de reexame de ofício.
- III suspender ato administrativo.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 42

Nos termos do Provimento CNJ n.º 149/2023, o teletrabalho, no âmbito do serviço notarial e registral, é facultado aos

- A colaboradores e titulares delegatários.
- B titulares delegatários e prepostos.
- C interinos, escreventes e prepostos.
- D interventores, colaboradores e escreventes.
- E escreventes, prepostos e colaboradores.

Questão 43

Assinale a opção em que é corretamente indicada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que é instituída por iniciativa de particulares e recebe delegação do poder público mediante contrato de gestão.

- A organização social
- B organização da sociedade civil de interesse público
- C sociedade de economia mista
- D serviço social autônomo
- E entidade de apoio

Questão 44

Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a correição do corregedor-geral de justiça do Tribunal que depende de publicação prévia no Diário da Justiça Eletrônico é a

- A ordinária.
- B permanente.
- C extraordinária.
- D por demanda.
- E por excelência.

Questão 45

De acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 53/2001 do estado de Roraima, estará sujeito a demissão o servidor que

- I praticar usura.
- II proceder de forma desidiosa.
- III recusar fé a documentos públicos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 46

No que se refere à legalidade tributária, assinale a opção correta.

- A É inconstitucional lei municipal que delegue ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na planta genérica de valores, ainda que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.
- B Não se equipara à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso.
- C Ninguém pode se escusar ao cumprimento da lei, razão por que, no âmbito tributário, o contribuinte que a descumpra responderá pelo principal com imposição de multa, juros e atualização monetária, ainda que seu comportamento esteja amparado em ato infralegal.
- D Instrução normativa da Receita Federal do Brasil não pode obrigar o contribuinte a transmitir informação fiscal por meio de determinado sistema eletrônico, se não houver lei que o obrigue.
- E O STF tem conferido certa flexibilidade ao princípio da legalidade tributária, permitindo, por exemplo, que a lei delegue ao Poder Executivo o poder de reduzir e reestabelecer as alíquotas do tributo por meio de decreto, desde que previstos as condições e os limites de aumento e de redução, presentes a função extrafiscal e o diálogo com o regulamento em termos de subordinação.

Questão 47

Assinale a opção correta no que concerne à responsabilidade tributária dos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, em razão dos atos praticados perante as serventias.

- A Se não exigir a certidão negativa de IPTU do imóvel, o tabelião que autenticar a operação de transmissão imobiliária a adquirente insolvente responderá, solidariamente com este, pelo imposto devido.
- B A responsabilidade desses agentes pelos tributos devidos em relação às operações imobiliárias ali registradas é solidária com a dos contribuintes, isto é, não comporta benefício de ordem e independe da comprovação do dolo ou culpa.
- C A responsabilidade desses agentes é pessoal e solidária, não comportando, quanto às omissões de que forem responsáveis, benefício de ordem.
- D O oficial do registro de imóveis tem o dever de verificar se o adquirente efetuou o pagamento do ITBI antes de averbar a escritura pública no registro imobiliário, sob pena de, devido à omissão, ser responsabilizado pela dívida fiscal.
- E Se o responsável pelo ofício, ou seu procurador, não transmitir a DOI no prazo estipulado pela legislação tributária, ele se tornará responsável pelos tributos devidos na operação sujeita a registro.

Questão 48

No que diz respeito ao enquadramento previdenciário, as pessoas físicas titulares de cartórios são consideradas segurados

- A obrigatórios, na qualidade de empregadores.
- B obrigatórios, na qualidade de contribuintes individuais.
- C obrigatórios, sujeitos ao regime próprio de previdência do respectivo estado da Federação em que titularizados.
- D facultativos.
- E obrigatórios, na qualidade de empregados.

Questão 49

Assinale a opção correta a respeito da denúncia espontânea.

- A A denúncia espontânea não exclui o dever de pagar a multa de mora.
- B Aplica-se o benefício da denúncia espontânea caso o contribuinte confesse a infração e, ato contínuo, parcele o crédito tributário.
- C Considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração, desde que acompanhada do pagamento do débito principal e dos juros devidos.
- D O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- E O benefício da denúncia espontânea exclui a incidência dos juros de mora.

Questão 50

Acerca da compensação e da restituição tributárias, assinale a opção correta.

- A A lei pode atribuir à autoridade administrativa a competência para estipular garantias necessárias à compensação de créditos tributários do sujeito passivo contra a fazenda pública.
- B O sujeito passivo que apurar crédito decorrente de sentença judicial transitada em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Roraima, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.
- C Embora seja legítimo estabelecer condições e requisitos para o seu exercício, a compensação tributária é direito subjetivo dos contribuintes, razão por que aos entes tributantes é vedado impedir que direitos líquidos, certos e exigíveis contra si oponíveis sejam utilizados na quitação de tributos de sua competência.
- D É possível a compensação de crédito tributário reconhecido em sentença judicial alvo de recurso de apelação sem efeito suspensivo pendente de julgamento no tribunal.
- E Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição tributária.

Questão 51

A ofensa aos direitos da personalidade da pessoa falecida

- A não é passível de reparação patrimonial, mas é assegurado o direito ao desagravo mediante a publicação feita através da imprensa.
- B é passível de reparação patrimonial, caso em que o beneficiário será o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau.
- C é passível de reparação patrimonial somente nos casos em que a ofensa esteja relacionada à imagem do falecido.
- D não é passível de reparação patrimonial.
- E não é passível de reparação patrimonial, mas os familiares do falecido têm direito de reparação pelos danos por eles sofridos em decorrência das ofensas feitas ao morto.

Questão 52

Sobre os bens particulares dos administradores de uma associação

- Ⓐ pode recair a responsabilização exclusivamente nos casos de descumprimento de normas estatuídas pelo estatuto da associação.
- Ⓑ jamais poderá recair a responsabilização pelas obrigações contraídas pela associação.
- Ⓒ pode recair a responsabilização por qualquer ato de gestão que venha a causar danos a terceiros.
- Ⓓ pode recair a responsabilização em caso de abuso da personalidade jurídica causada pelo administrador, desde que o estatuto da associação preveja essa possibilidade.
- Ⓔ pode recair a responsabilização em caso de abuso da personalidade jurídica causada pelo administrador, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

Questão 53

Nas demandas judiciais, a prescrição

- Ⓐ deve ser alegada a qualquer tempo antes da sentença, sob pena de preclusão.
- Ⓑ pode ser alegada até a interposição de recurso para a segunda instância, sob pena de preclusão.
- Ⓒ pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- Ⓓ deve ser alegada na primeira oportunidade em que o demandado falar nos autos, sob pena de preclusão.
- Ⓔ deve ser alegada antes da instrução processual, sob pena de preclusão.

Questão 54

No que diz respeito às cláusulas contratuais em negócio jurídico, as partes

- Ⓐ podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei, nos contratos firmados por instrumento público ou particular.
- Ⓑ podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei somente quando se tratar de contrato relacionado a bens móveis ou semoventes.
- Ⓒ podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei somente quando o negócio não envolver interesse de incapazes.
- Ⓓ não podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei.
- Ⓔ podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei somente quando se tratar de contrato firmado por instrumento público.

Questão 55

Rogério, arrolado como testemunha em processo judicial cível, tem interesse jurídico de que o requerido obtenha êxito na demanda, em decorrência de negócios comerciais mantidos com ele.

Nesse caso, o depoimento de Rogério na condição de testemunha

- Ⓐ é inadmissível, haja vista o impedimento legal.
- Ⓑ é admissível desde que o requerente admita expressamente essa condição.
- Ⓒ é admissível desde que sob o compromisso de dizer a verdade.
- Ⓓ é admissível caso não haja outro meio de prova.
- Ⓔ depende da decisão do juiz, que pode admiti-lo ou não.

Questão 56

Pedro tomou conhecimento de que seu desafeto Gustavo tinha uma dívida no valor de R\$ 50 mil com Francisco. Antes do vencimento da dívida, Pedro pagou-a em seu próprio nome, sem o conhecimento de Gustavo.

Nesse caso hipotético, Pedro

- Ⓐ não poderá exigir de Gustavo o reembolso do valor pago a Francisco se aquele comprovar que tinha meios para ilidir a ação de pagamento.
- Ⓑ tem direito de exigir de Gustavo o reembolso do valor pago a Francisco, antes mesmo do vencimento da obrigação, ainda que Gustavo comprove que tinha meios para ilidir a ação de pagamento.
- Ⓒ tem direito de exigir de Gustavo o reembolso do valor pago a Francisco, somente após o seu vencimento, ainda que Gustavo comprove que tinha meios para ilidir a ação de pagamento.
- Ⓓ fica sub-rogado nos direitos de Francisco e poderá exigir o pagamento do valor pago a este, antes mesmo do vencimento da obrigação.
- Ⓔ fica sub-rogado nos direitos de Francisco e poderá exigir o pagamento do valor pago a este, somente após o vencimento da obrigação.

Questão 57

Determinada empresa com atuação na área recreativa obteve empréstimo bancário milionário com o objetivo de ampliar seu parque de diversão. Restou pactuada uma carência de doze meses a partir da qual a devedora pagaria prestações mensais por sessenta meses, até quitar a obrigação. Alguns meses após o recebimento do valor, ocorreu uma crise mundial na área da saúde pública, que inviabilizou a prestação dos serviços pela empresa contratante, a qual teve de suspender suas atividades por diversos meses.

Nesse caso, constitui direito da empresa devedora

- Ⓐ exigir a suspensão do pagamento das prestações até o restabelecimento das suas atividades econômicas.
- Ⓑ exigir a prorrogação do tempo de carência, até o restabelecimento de suas atividades econômicas.
- Ⓒ exigir a resolução do contrato e a suspensão das obrigações dele decorrentes, até o restabelecimento das suas atividades econômicas.
- Ⓓ restituir de imediato 50% do valor recebido e requerer o pagamento da diferença sem juros, no mesmo prazo estipulado no contrato.
- Ⓔ pedir a resolução do contrato ou a revisão de cláusulas contratuais de modo a viabilizar o cumprimento da obrigação decorrente do empréstimo, dada a sua nova realidade econômica.

Questão 58

Uma conhecida blogueira, com milhares de seguidores, publicou, em suas redes sociais, declarações ofensivas, difamatórias e injuriosas acerca de uma médica, pelo fato de não ter obtido resultados satisfatórios em um procedimento médico com fins estéticos realizado pela profissional.

Nesse caso hipotético,

- A** a vítima poderá exigir apenas indenização por danos morais, pois, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, a publicação de mensagem em redes sociais não é passível de provocar danos materiais.
- B** a vítima poderá exigir apenas indenização por danos materiais, pois o STJ já reconheceu que a publicação de declarações em redes sociais não provoca danos de ordem moral.
- C** a vítima poderá exigir apenas indenização por danos morais e prejuízos efetivamente comprovados, pois a publicação de mensagem em redes sociais não ocasiona lucros cessantes.
- D** a pessoa que publicou as declarações pode ser responsabilizada criminalmente, mas não responderá na esfera cível, pois a CF assegura o direito de liberdade de expressão.
- E** a vítima poderá exigir indenização por danos morais e danos materiais, nestes incluídos os lucros cessantes.

Questão 59

Rosana e seu marido Fábio detinham o domínio de um imóvel urbano e o alienaram a Paula. Inicialmente formalizaram uma promessa de compra e venda, em caráter irrevogável e irretratável, firmada por instrumento público, momento em que a compradora efetuou o pagamento de 50% do valor do imóvel, sendo imitada na posse do imóvel. Posteriormente foi lavrada a escritura pública de compra e venda, e efetuado o pagamento da diferença.

No caso hipotético apresentado, a aquisição da propriedade

- A** só se materializará mediante o registro do título translativo no registro de imóveis.
- B** concretizou-se a partir da manifestação expressa de vontade das partes em formalizarem o negócio jurídico.
- C** concretizou-se a partir da lavratura da promessa de compra e venda firmada por instrumento público em caráter irrevogável e irretratável.
- D** deu-se a partir da tradição materializada pela imissão na posse.
- E** materializou-se a partir do pagamento da segunda parcela, ou seja, da quitação da obrigação.

Questão 60

Uma grande empresa de transportes, proprietária de bens imóveis e dezenas de veículos, firmou contrato com uma instituição financeira para a obtenção de crédito e deu em garantia pignoratícia ao credor uma carreta de sua propriedade, avaliada em duas vezes o valor da obrigação. Ficou pactuado, ainda, que a contratante pagaria prestações sucessivas, por 24 meses, a contar da data da assinatura do contrato, bem como contrataria seguro para o veículo empenhado. Após 10 meses de vigência do contrato, o veículo empenhado se envolveu em um acidente que provocou sua perda total. Ao tomar ciência do acidente, a credora intimou a devedora para substituir a garantia, mas não obteve êxito.

Nessa situação hipotética, o perecimento do veículo

- A** não provoca o vencimento antecipado da dívida, pois a empresa devedora tem bens suficientes para cumprir a obrigação pactuada.
- B** provoca o vencimento antecipado da dívida, e a credora se sub-rogará na indenização do seguro do veículo empenhado.
- C** provoca o vencimento antecipado da dívida, mas a credora não poderá se sub-rogar na indenização do seguro do veículo empenhado.
- D** não provoca o vencimento antecipado da dívida, já que o veículo empenhado possuía seguro.
- E** não provoca o vencimento antecipado da dívida, pois houve o pagamento de mais da metade das prestações do contrato.

Questão 61

Mário, homem muito rico, casado pelo regime de separação de bens com Roberta, com quem convivia havia vinte e oito anos, faleceu sem deixar testamento nem descendentes ou ascendentes, mas deixou, vivos, três irmãos, um bilateral e dois unilaterais.

Nesse caso hipotético,

- A** será declarada a vacância da herança deixada por Mário, e os bens arrecadados passarão ao domínio do respectivo município.
- B** apenas o irmão bilateral terá direito a suceder a herança deixada por Mário.
- C** terão direito a suceder a herança deixada por Mário o irmão unilateral e os bilaterais, mas os unilaterais herdarão a metade do que o irmão bilateral herdar.
- D** apenas a viúva, Roberta, terá direito a suceder a herança deixada por Mário.
- E** terão direito a suceder a herança deixada por Mário todos os irmãos, o unilateral e os bilaterais, na mesma proporção um dos outros.

Questão 62

Em decorrência de uma doença hereditária denominada distrofia de córnea, Maria perdeu a visão dos dois olhos. Compadecido com a situação, Pedro, filho de Maria, dispôs-se a doar a córnea de um de seus olhos à mãe.

Nesse caso, a doação

- A** é permitida, independentemente de autorização judicial prévia, se atestado por junta médica habilitada que a remoção do órgão não impede o doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade.
- B** não é permitida, visto que a retirada de uma córnea impede o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade, bem como representa grave comprometimento de suas aptidões vitais.
- C** não é legalmente permitida, mas se a receptora comprovar, por meio de laudo emitido por junta médica especializada, que o transplante é indispensável para suas aptidões vitais e saúde mental, a doação poderá ser autorizada judicialmente.
- D** é permitida, independentemente de autorização judicial, pois será feita a parente consanguíneo de primeiro grau.
- E** é permitida mediante autorização judicial prévia e desde que seja atestado por junta médica especializada que o doador não terá grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental.

Questão 63

Julgue os itens a seguir, relativos ao casamento.

- I A autorização concedida pelos pais a casamento de filho menor de idade não pode ser revogada.
- II É nulo o casamento contraído entre irmãos, ainda que a relação de parentesco seja apenas civil.
- III A solenidade do casamento civil, quando em ambiente particular, prescinde do caráter de publicidade, podendo restringir-se à presença dos noivos e de seus convidados.
- IV O nubente que se encontrar no território nacional, mas em localidade diversa daquela em que será celebrado o seu casamento, poderá fazer-se representar na cerimônia nupcial por procurador firmado por instrumento público.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

Questão 64

No que se refere aos registros públicos de imóveis, julgue os próximos itens.

- I O pedido de reconhecimento de usucapião extrajudicial deverá ser processado perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo.
- II As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis sujeitam-se à averbação junto ao registro de imóveis.
- III A instituição do bem de família para efeito de destino de domicílio familiar e isenção de execução por dívida poderá ser firmada por instrumento particular, mas sua validade depende do registro da sua instituição no registro de imóveis.
- IV A adjudicação compulsória de imóvel objeto de cessão de direitos poderá ser efetivada extrajudicialmente no serviço de registro de imóveis da situação do imóvel, a pedido do cessionário e mediante representação por advogado.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

Questão 65

Em relação aos direitos das pessoas com deficiência, julgue os seguintes itens.

- I É vedado às instituições privadas de ensino cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades e anuidades em decorrência de serviço educacional especializado disponibilizado a alunos com deficiência.
- II Não havendo, na localidade onde reside a pessoa com deficiência, serviço de diagnóstico e tratamento especializado, incumbe ao poder público prestar atendimento fora de domicílio, custeado com recursos públicos, e, inclusive, arcar com as despesas com transporte e acomodação para a pessoa com deficiência e seu acompanhante.
- III Os planos de saúde privados poderão cobrar das pessoas com deficiência, a título de mensalidade, valores diferenciados dos cobrados de quem não é portadora de deficiência, não podendo o adicional exceder o limite da razoabilidade.
- IV Toda pessoa com deficiência que não disponha de condições de autossustentabilidade tem direito à moradia inclusiva concedida pelo poder público, proveniente dos programas habitacionais dos entes públicos.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 66

Na administração pública, a arbitragem

- A** é permitida apenas nos casos que envolvam a administração pública indireta.
- B** pode ser de direito ou de equidade, a critério da administração.
- C** é sempre pública.
- D** não impõe aos árbitros o dever de revelação quanto a fatos relativos a questões consideradas *interna corporis*.
- E** é sempre de direito.

Questão 67

João locou um imóvel a Pedro, que sublocou parte do bem a Carlos. O locador João ajuizou ação de despejo contra Pedro.

Nessa situação hipotética, consideradas as disposições do Código de Processo Civil (CPC) sobre assistência, Carlos

- Ⓐ poderá ingressar no processo como assistente, mas apenas se houver concordância expressa de ambas as partes originais da demanda.
- Ⓑ não poderá ingressar no processo como assistente, pois não possui interesse jurídico suficiente, sendo o interesse apenas econômico.
- Ⓒ poderá ingressar no processo como *amicus curiae*, desde que demonstre representatividade adequada na defesa dos direitos de sublocatário.
- Ⓓ poderá ingressar no processo como assistente simples de Pedro, pois possui interesse jurídico, uma vez que a decisão judicial poderá afetar sua esfera jurídica como sublocatário.
- Ⓔ somente poderá ingressar no processo como assistente litisconsorcial, pois possui relação jurídica direta com o bem objeto da demanda.

Questão 68

Uma empresa, acionada judicialmente por danos materiais decorrentes de acidente de trânsito, possui seguro de responsabilidade civil e dois fiadores em contrato de locação de veículo relacionado ao sinistro.

Considerando a situação hipotética apresentada e as modalidades de intervenção de terceiros previstas no CPC, assinale a opção correta.

- Ⓐ A partir de dezembro de 2025, com a vigência da Lei n.º 15.040/2024, será vedada a denúncia da lide em contratos de seguro, devendo o segurado valer-se exclusivamente de ação autônoma de regresso contra a seguradora para evitar decisões conflitantes.
- Ⓑ A empresa poderá promover o chamamento ao processo da seguradora e dos fiadores, pois todos são responsáveis solidários pelo débito.
- Ⓒ A empresa poderá proceder à denúncia da lide à seguradora e promover o chamamento ao processo dos fiadores, sendo esses atos modalidades distintas de intervenção.
- Ⓓ Somente será cabível a denúncia da lide à seguradora, não sendo possível o chamamento dos fiadores por não se tratar de débito solidário.
- Ⓔ Na hipótese de procedência da ação principal e da denúncia da lide à seguradora, o autor somente poderá requerer o cumprimento de sentença contra a denunciada após o esgotamento da execução contra o réu-denunciante, observada a ordem de preferência estabelecida em lei.

Questão 69

Em execução por quantia certa promovida por uma empresa contra outra, o magistrado determinou a utilização da ferramenta denominada “teimosinha”. Disponível no sistema de busca de ativos do Poder Judiciário, tal ferramenta realiza reiteração automática e programada de ordens de bloqueio, executando novos comandos sempre que a instituição financeira responde sobre saldos remanescentes, até que seja satisfeita integralmente a execução. A empresa executada alegou que tal medida viola o princípio da menor onerosidade e inviabiliza suas atividades empresariais.

Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da “teimosinha”, com base na jurisprudência do STJ.

- Ⓐ A referida ferramenta é incompatível com os princípios da execução, pois se equipara à constrição permanente de ativos financeiros.
- Ⓑ É cabível o emprego da referida ferramenta, sendo ônus do devedor demonstrar concretamente a inviabilização da atividade empresarial.
- Ⓒ A utilização da ferramenta em tela depende de prévia intimação do executado para que comprove a impossibilidade de pagamento da dívida.
- Ⓓ A utilização da referida ferramenta é vedada, pois viola o princípio da menor onerosidade ao impedir o controle do devedor sobre movimentações financeiras.
- Ⓔ A ferramenta em questão só pode ser utilizada após o esgotamento de todas as demais medidas executivas típicas, por ser considerada medida atípica.

Questão 70

Uma ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público para a tutela de direitos difusos ambientais. Durante o curso do processo, o Ministério Público e os réus pretendem celebrar convenção processual para a modificação de prazos probatórios, dada a possibilidade de celebração de termo de ajustamento de conduta (TAC) na espécie.

Nessa situação, considerados os negócios jurídico-processuais atípicos, a referida convenção processual

- Ⓐ é admissível, pois, embora os direitos difusos sejam indisponíveis, são autocomponíveis através do TAC, o que permite convenções processuais na espécie.
- Ⓑ é inadmissível, pois, sendo os direitos difusos sempre indisponíveis, veda-se qualquer forma de autocomposição e, consequentemente, de convenções processuais.
- Ⓒ é inadmissível, pois o CPC confere ao tema tratamento idêntico ao dado pela Lei de Arbitragem, limitando a autocomposição processual aos direitos patrimoniais disponíveis.
- Ⓓ é admissível, pois o Ministério Público tem ampla legitimidade para transacionar qualquer direito coletivo, inclusive os direitos individuais indisponíveis e individuais homogêneos.
- Ⓔ é admissível, pois, embora as convenções processuais tenham como requisito a existência de pessoa jurídica de direito público em um dos polos, esta condição é satisfeita na situação em apreço, em razão de o Ministério Público figurar como autor da ação.

Questão 71

Considerando as noções de direito penal e poder punitivo, incluídos aspectos de política criminal, criminologia e processos de criminalização, assinale a opção correta.

- Ⓐ O poder punitivo estatal deve ser visto sempre como instrumento técnico que analisa de forma neutra situações em que deverá incidir o direito penal, não havendo, portanto, influência de fatores sociais, econômicos e políticos.
- Ⓑ A política criminal é campo de conhecimento em que se estuda a elaboração de teorias sobre a pena, sem interface com dados empíricos ou com as noções de prevenção do delito, aspectos mais relacionados ao direito penal positivo.
- Ⓒ A criminologia e a política criminal são totalmente independentes do direito penal, atuando em esferas distintas e sem qualquer influência mútua na compreensão e no combate à criminalidade.
- Ⓓ O sistema penal é caracterizado pela inexistência de seletividade, atingindo de forma quase equânime as diversas camadas sociais, independentemente de raça, classe ou gênero, garantida a imparcialidade da aplicação da lei penal.
- Ⓔ A criminalização primária relaciona-se à criação das normas penais incriminadoras pelos órgãos competentes, ao passo que a criminalização secundária diz respeito à aplicação seletiva dessas normas pelas instâncias formais de controle social, incluído o Poder Judiciário.

Questão 72

No que diz respeito às funções da pena e suas respectivas teorias, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo a teoria relativa da pena, a sanção não possui qualquer utilidade social, sendo seu único objetivo retribuir o mal causado pelo crime em relação ao agente que o praticou.
- Ⓑ A teoria absoluta da pena fundamenta a necessidade da sanção na prevenção geral e especial da criminalidade, buscando inibir futuros delitos e ressocializar o condenado.
- Ⓒ A teoria da prevenção especial positiva foca a neutralização do infrator, de forma a impedi-lo de cometer novos crimes, seja pela execução da pena privativa de liberdade, seja por impossibilitá-lo do convívio social.
- Ⓓ A teoria da prevenção geral negativa busca intimidar a coletividade por meio da aplicação da pena, ao passo que a teoria da prevenção geral positiva visa garantir a vigência da norma.
- Ⓔ As teorias unificadoras da pena propõem que a pena deve ter a exclusiva finalidade de retribuição justa do mal praticado.

Questão 73

Com base no disposto no Código Penal brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A sentença estrangeira que condena um brasileiro pode ser homologada no Brasil para obrigá-lo a reparar o dano, independentemente de pedido da parte interessada.
- Ⓑ A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, salvo se, por fato atribuível à defesa, o trânsito em julgado for postergado por manobras protelatórias.
- Ⓒ Em atenção ao princípio da territorialidade mitigada, não se sujeitam à lei brasileira os crimes cometidos por estrangeiros no estrangeiro.
- Ⓓ A lei penal excepcional ou temporária continua aplicável aos fatos praticados durante seu período de duração, mesmo após o término de sua vigência ou após cessadas as circunstâncias que a determinaram, o que configura hipótese de ultratividade.
- Ⓔ Considera-se praticada a infração no momento em que se produz o seu resultado.

Questão 74

José foi condenado à pena de 1 ano de reclusão e dez dias-multa por crime praticado quando tinha vinte anos de idade. A sentença que o condenou considerou sua reincidência, uma vez que José havia sido condenado anteriormente em ação transitada em julgado. A nova condenação transitou em julgado para a acusação em 5/9/2023, tendo sido desprovido o recurso de apelação da defesa. O trânsito em julgado em definitivo, para acusação e defesa, ocorreu em 7/5/2024.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da prescrição.

- Ⓐ O prazo da prescrição da pena de multa será de dois anos, independentemente de ela ser a única cominada ou de ser aplicada de forma alternativa ou cumulativa.
- Ⓑ De acordo com o atual entendimento do STF, o prazo para a prescrição da pretensão executória deverá iniciar-se sempre a partir do trânsito em julgado para a acusação, dado o recurso da defesa.
- Ⓒ Conforme o entendimento atual do STF, o prazo prescricional da pretensão executória terá início na data do trânsito em julgado para acusação e defesa, devendo ser aumentado de um terço por José ser reincidente, e reduzido pela metade por ele ser menor de 21 anos ao tempo do crime.
- Ⓓ O fato de José ter vinte anos de idade no momento do crime não influencia os prazos da prescrição, mas impõe a atenuação da pena aplicada na sentença.
- Ⓔ Os prazos para a ocorrência da prescrição deverão ser aumentados de metade em razão da reincidência de José.

Questão 75

Joana, servidora pública municipal, inseriu em documento oficial declaração falsa sobre a residência de um morador local, com o objetivo de permitir a ele acesso a uma vaga em creche pública da localidade.

Nessa situação hipotética, de acordo com as disposições do Código Penal, a conduta de Joana configura crime de

- Ⓐ falsidade ideológica em documento público, com causa de aumento de pena em razão de a agente ter praticado a ação no exercício da função pública.
- Ⓑ falsidade ideológica de documento particular, com causa de aumento de pena pelo fato de a agente da ação ser funcionária pública.
- Ⓒ falso reconhecimento de firma ou letra, dada a inserção de informação falsa em documento público no exercício da função pública.
- Ⓓ emissão de certidão ideologicamente falsa, com pena de detenção, pois houve atestado de fato inverídico para a obtenção de vantagem de interesse público.
- Ⓔ falsidade material de certidão, pois houve alteração de documento oficial para a obtenção de serviço público.

Questão 76

A respeito da aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas, assinale a opção correta de acordo com as disposições preliminares do Código de Processo Penal (CPP).

- Ⓐ A lei processual penal pode ser aplicada retroativamente quando houver omissão do legislador quanto à sua vigência, desde que haja decisão judicial nesse sentido.
- Ⓑ As normas processuais penais admitem interpretação extensiva, sendo vedada a aplicação analógica.
- Ⓒ As normas processuais penais admitem aplicação analógica, vedada a interpretação extensiva.
- Ⓓ A lei processual penal em sentido estrito admite, excepcionalmente, aplicação retroativa quando for mais benéfica ao acusado, em observância ao mesmo princípio aplicável à lei penal material.
- Ⓔ A lei processual penal aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, não se admitindo retroatividade, ainda que mais benéfica.

Questão 77

No que se refere à jurisdição e à competência no processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, mas a competência privativa do tribunal do júri, não.
- Ⓑ A jurisdição penal exercida pelo Poder Judiciário compreende tanto a jurisdição contenciosa quanto a voluntária, sendo esta última aplicável nos casos de homologação de delações premiadas e acordos de não persecução penal.
- Ⓒ A competência penal é absoluta em todos os seus critérios, não podendo ser modificada por convenção das partes ou por conexão ou continência.
- Ⓓ A competência territorial no processo penal é regra de ordem pública e, por isso, sempre absoluta, não podendo ser modificada por conexão.
- Ⓔ A competência será determinada pelo domicílio do réu ou, subsidiariamente, pelo local da infração.

Questão 78

No que se refere às questões e aos processos incidentes no processo penal, assinale a opção correta de acordo com as normas do CPP.

- Ⓐ Se a perícia médica concluir que a doença mental alegada pelo acusado é posterior à infração penal, o processo deve seguir seu curso, até que seja apreciada a pretensão punitiva estatal por sentença.
- Ⓑ A arguição de insanidade mental do acusado, feita pelo Ministério Público, pelo defensor ou pelo próprio juiz, suspende o processo, até que sobrevenha a conclusão do incidente.
- Ⓒ O reconhecimento da imputabilidade do réu no incidente de insanidade mental acarreta, automaticamente, a extinção da punibilidade e o arquivamento do processo.
- Ⓓ A resolução do incidente de falsidade documental no processo penal faz coisa julgada na esfera cível.
- Ⓔ A suspeição do juiz deve ser arguida por exceção, a qual precederá a qualquer outra, mesmo se motivada por fato superveniente.

Questão 79

A interceptação telefônica e a captação ambiental de sinais, meios de obtenção de prova no processo penal brasileiro, são reguladas por legislação específica. Considerando esses institutos e seus contornos legais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A captação ambiental de sinais realizada por um dos interlocutores, sem a devida autorização judicial, configura crime.
- Ⓑ A inutilização de gravação interceptada que não interesse à prova está sujeita à preclusão, de forma que não pode ser requerida após o encerramento da investigação.
- Ⓒ A interceptação telefônica somente poderá ser autorizada quando não houver outros meios disponíveis para a obtenção da prova desejada, sendo vedada sua utilização como primeira medida investigativa.
- Ⓓ A interceptação telefônica pode ser deferida em qualquer fase da investigação ou da ação penal, a requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial.
- Ⓔ A interceptação telefônica poderá ser determinada contra qualquer pessoa, desde que haja indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal, independentemente do tipo de pena cominada.

Questão 80

No que se refere ao procedimento penal nos tribunais, assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.038/1990.

- Ⓐ Com vistas à preservação do sigilo das investigações em curso, a lei determina que o julgamento do recebimento da denúncia seja realizado em sessão secreta.
- Ⓑ Após o oferecimento da denúncia, o relator poderá rejeitá-la liminarmente, sem necessidade de prévia manifestação do acusado.
- Ⓒ Compete ao relator determinar o arquivamento do inquérito a pedido do Ministério Público e decretar a extinção da punibilidade nas hipóteses legais.
- Ⓓ Nos tribunais superiores, não se admite o ajuizamento de ação penal privada.
- Ⓔ A denúncia será recebida automaticamente caso o acusado permaneça inerte após ter sido notificado.

Questão 81

Assinale a opção em que é corretamente indicada a característica do direito empresarial que retrata a diversidade de seus ramos.

- Ⓐ informalismo
- Ⓑ elasticidade
- Ⓒ onerosidade
- Ⓓ cosmopolitismo
- Ⓔ fragmentariedade

Questão 82

É correto afirmar que o empresário individual

- Ⓐ é obrigado a ter um capital social mínimo para iniciar suas atividades.
- Ⓑ exerce atividade empresarial em nome próprio, sem a necessidade de registro na junta comercial.
- Ⓒ tem responsabilidade ilimitada, respondendo com seu patrimônio pessoal pelas dívidas da empresa.
- Ⓓ tem responsabilidade limitada ao capital social da empresa, sendo seu patrimônio pessoal separado do patrimônio da empresa.
- Ⓔ é uma pessoa jurídica distinta da pessoa física do empreendedor.

Questão 83

Com base nas disposições legais acerca dos prepostos do empresário, assinale a opção correta.

- A** Chama-se preponente a pessoa que age em nome de uma empresa ou organização, e preposto aquele que constitui o preponente para ocupar-se dos negócios.
- B** O preposto não pode, sem autorização escrita, substabelecer a terceiros os poderes a ele conferidos, sob pena de responder pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.
- C** Para que as limitações contidas na outorga de poderes ao gerente sejam opostas a terceiros, mesmo se conhecidas da pessoa com quem ele tratou, impõem-se o arquivamento e a averbação do instrumento no registro público de empresas mercantis.
- D** Os preponentes não são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos praticados nos seus estabelecimentos relativos à atividade da empresa quando não autorizados por escrito.
- E** No exercício de suas funções, os prepostos são solidariamente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, subsidiariamente com o preponente, pelos atos dolosos.

Questão 84

No que se refere às disposições da Lei n.º 8.934/1994 acerca das juntas comerciais, assinale a opção correta.

- A** Os registros realizados pelas juntas comerciais compreendem os documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas.
- B** A proteção ao nome empresarial decorre automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos de firma individual e de sociedades, ou de suas alterações.
- C** Estão sujeitos ao regime de decisão monocrática pelas juntas comerciais os serviços de arquivamento dos atos de constituição de sociedades anônimas.
- D** As unidades federativas dispõem de junta comercial nas capitais e nas cidades com população de mais de um milhão de habitantes.
- E** As juntas comerciais subordinam-se, administrativa e tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

Questão 85

A operação por meio da qual duas ou mais sociedades se unem para a formação de sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações, denomina-se

- A** fusão.
- B** cisão.
- C** *joint venture*.
- D** aquisição.
- E** incorporação.

Questão 86

A respeito de propriedade industrial, direitos autorais, patentes e marcas, assinale a opção correta.

- A** Os direitos de propriedade industrial são considerados bens imóveis para efeitos legais, equiparando-se aos direitos pessoais de caráter patrimonial.
- B** O registro do objeto do direito industrial destina-se à prova de anterioridade, ao passo que o registro autoral da obra tem natureza constitutiva.
- C** São requisitos para a obtenção da concessão do direito industrial de patente: novidade, atividade inventiva, industriabilidade e desimpedimento.
- D** Período de graça é o prazo concedido ao inventor para divulgação de sua invenção, contado a partir do depósito do pedido de patente.
- E** É de vinte anos o prazo de vigência da patente de invenção, prorrogável por igual período e contado a partir da data do depósito do pedido de patente.

Questão 87

Assinale a opção correta no que diz respeito às espécies de marca e à vigência de seus registros.

- A** A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.
- B** À marca considerada de alto renome registrada no Brasil será assegurada proteção especial, apenas em seu ramo de atividade.
- C** O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 anos contados da data da concessão do registro, prorrogável uma única vez, por igual período.
- D** Marca coletiva é aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de mais de uma entidade.
- E** Marca de certificação destina-se a certificar a origem de determinado produto.

Questão 88

Com base na teoria da desconconsideração da personalidade jurídica e da desconconsideração inversa, assinale a opção correta.

- A** A desconconsideração inversa da personalidade jurídica se justifica quando o executado, pessoa física, com o intuito de fraudar a execução, transfere para seu patrimônio pessoal bens da pessoa jurídica sob seu controle direto ou indireto.
- B** Segundo entendimento pacificado do STJ, o encerramento irregular da sociedade aliado à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo constitui motivos suficientes para a desconconsideração de personalidade jurídica.
- C** De acordo com entendimento do STJ, a teoria menor da desconconsideração da personalidade jurídica deve incidir mediante mera prova de que a pessoa jurídica não pode pagar suas obrigações, em face da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- D** A confusão patrimonial caracteriza-se pelo pagamento recorrente, pela sociedade, de obrigações do sócio ou vice-versa, bem como pela transferência de ativos e passivos sem efetiva contraprestação, exceto valores proporcionalmente insignificantes.
- E** Consoante a teoria maior da desconconsideração da personalidade jurídica, exige-se a prova do desvio de finalidade da sociedade aliado à confusão patrimonial.

Questão 89

Acerca da concentração empresarial e da defesa da livre concorrência, assinale a opção correta.

- Ⓐ Uma empresa ou um grupo de empresas que detenha posição dominante em um mercado relevante necessariamente tem poder de mercado.
- Ⓑ Ocorre uma concentração vertical quando agentes econômicos distintos ofertam produtos ou serviços substitutos entre si.
- Ⓒ A promoção denominada queima de estoque, quando temporária e localizada, caracteriza, de modo geral, a prática de preços predatórios.
- Ⓓ Para a definição de mercado relevante, considera-se a impossibilidade de substituição de um produto por outro, seja em razão de o produto não ter substitutos, seja porque não é possível obtê-lo.
- Ⓔ Presume-se que uma empresa ou grupo de empresas detenham posição dominante de mercado caso controlem metade do mercado em que atuam.

Questão 90

Assinale a opção correta no que se refere à sociedade limitada.

- Ⓐ Nessa sociedade, os sócios respondem de forma solidária pela integralização do capital social.
- Ⓑ A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação da maioria absoluta dos sócios enquanto o capital não estiver integralizado.
- Ⓒ Esse tipo de sociedade deve ser constituído por, no mínimo, duas pessoas.
- Ⓓ A contribuição para a formação do capital social desse tipo de sociedade pode consistir em prestação de serviços, sendo os sócios, nesse caso, solidariamente responsáveis por sua exata estimação, enquanto perdurar a relação societária, contada da data do registro da sociedade.
- Ⓔ A administração da sociedade atribuída no contrato social a todos os sócios estende-se automaticamente a todos aqueles que adquiram a condição de sócio posteriormente.

Questão 91

Em relação às sociedades em comandita simples e por ações, assinale a opção correta.

- Ⓐ É condição para a dissolução de pleno direito da sociedade simples a falta de uma das categorias de sócio por mais de 180 dias.
- Ⓑ O acionista administrador da sociedade por ações, como diretor, responde solidariamente e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.
- Ⓒ Os diretores na sociedade por ações serão nomeados para um mandato de 4 anos, vedada a recondução, e somente poderão ser destituídos por deliberação da maioria dos acionistas.
- Ⓓ Na sociedade simples, os sócios comanditados são responsáveis, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- Ⓔ Na sociedade simples, os sócios comanditados obrigam-se somente pelo valor de suas quotas.

Questão 92

De acordo com a Lei n.º 11.101/2005, assinale a opção correta no que diz respeito à falência e à recuperação judicial.

- Ⓐ É permitido ao devedor, até a aprovação do plano de recuperação judicial, continuar a distribuir lucros ou dividendos a sócios e acionistas.
- Ⓑ As empresas públicas e sociedades de economia mista estão sujeitas às disposições relativas à recuperação extrajudicial previstas na Lei n.º 11.101/2005.
- Ⓒ São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para tomar parte no processo, inclusive as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
- Ⓓ A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial interrompe o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor.
- Ⓔ É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Questão 93

Considerando as condições para a proposição de recuperação extrajudicial, assinale a opção correta.

- Ⓐ A sentença de homologação do plano de recuperação extrajudicial constituirá título executivo extrajudicial.
- Ⓑ O devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de 2 anos.
- Ⓒ O pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarretará a suspensão de direitos, ações ou execuções em andamento.
- Ⓓ Os créditos de natureza tributária estão sujeitos à recuperação extrajudicial.
- Ⓔ O plano de recuperação poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas limitadas a 50% do total objeto do plano.

Questão 94

Assinale a opção em que é corretamente apresentada, de acordo com o disposto na Lei de Falências, a ordem prioritária da classificação dos créditos na falência.

- Ⓐ créditos com garantia real; créditos trabalhistas; créditos tributários; créditos com privilégio especial; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados
- Ⓑ créditos trabalhistas; créditos com garantia real; créditos tributários; créditos com privilégio especial; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados
- Ⓒ créditos trabalhistas; créditos tributários; créditos com privilégio especial; créditos com garantia real; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados
- Ⓓ créditos com privilégio especial; créditos com garantia real; créditos tributários; créditos trabalhistas; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados
- Ⓔ créditos tributários; créditos com garantia real; créditos trabalhistas; créditos com privilégio especial; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados

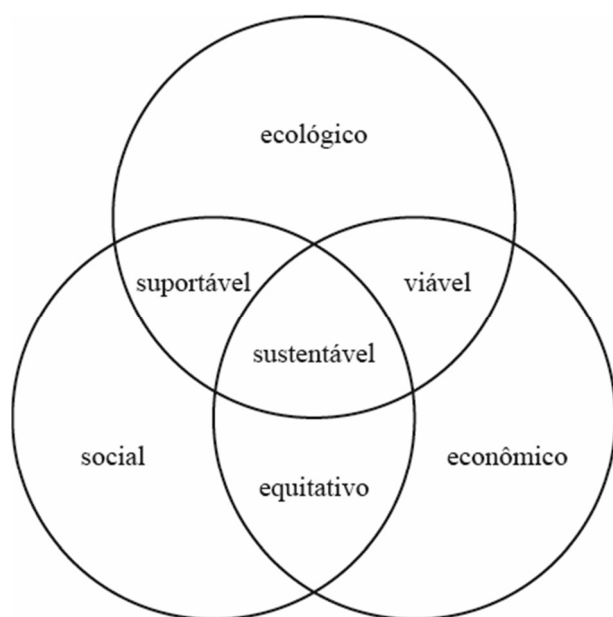
Questão 95

Cabe ao administrador judicial em sede de recuperação judicial

- Ⓐ apresentar ao juiz relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações por ele prestadas.
- Ⓑ fiscalizar a administração das atividades do devedor, apresentando, a cada 30 dias, relatório de sua situação.
- Ⓒ deliberar sobre o pedido de desistência do devedor.
- Ⓓ requerer ao juiz a convocação da assembleia-geral de credores.
- Ⓔ apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados.

Questão 96

Figura 1A11



Os três pilares do desenvolvimento sustentável.
Internet: <www.researchgate.net/figure> (com adaptações).

Considerando a figura precedente, em que são apresentados os três pilares do desenvolvimento sustentável (ecológico, social e econômico), assinale a opção correta no que se refere à relação entre as fontes de energia atuais e a sustentabilidade.

- Ⓐ A geração de energia pela força dos ventos tem-se destacado como alternativa sustentável principalmente em razão de seu baixo impacto ambiental e do elevado alcance social, evidenciado pela redução do preço da geração de energia a ser paga pelo consumidor final.
- Ⓑ A geração de energia por meio das marés oceânicas mostra-se viável tanto do ponto de vista ecológico, já que a matriz energética é não poluente, quanto do econômico, pois grande parte dos países do mundo é banhada por oceanos e mares, e a distribuição da energia é viável para áreas distantes do litoral.
- Ⓒ A geração de energia solar tem-se expandido no Brasil em razão do alto índice de insolação, próprio de países tropicais, garantindo sustentabilidade a partir do impacto ecológico menor e da diminuição das contas de energia pagas pelo consumidor.
- Ⓓ A produção de energia por meio de usinas hidrelétricas é considerada uma opção sustentável tanto em razão da utilização de uma matriz não poluente, a água dos rios, quanto por seu reduzido impacto ambiental e social.
- Ⓔ A matriz dos combustíveis fósseis, considerada sustentável por seu alto impacto na geração de empregos e na geração de recursos financeiros, constitui importante política de desenvolvimento para países que buscam crescimento econômico equitativo.

Questão 97

Considerando os três pilares do desenvolvimento sustentável — ecológico, social e econômico —, evidenciados na figura 1A11, assinale a opção correta.

- Ⓐ Consoante a concepção de desenvolvimento sustentável, a decisão de compra de um produto deve basear-se primeiramente no valor financeiro, razão por que os produtos da economia verde são mais baratos que os da economia poluidora.
- Ⓑ O pilar econômico do desenvolvimento sustentável baseia-se na premissa de que o preço justo é aquele que garante o lucro para o investidor, ainda que o produto gere impactos ao meio ambiente.
- Ⓒ Segundo os postulados do desenvolvimento sustentável, o funcionamento de uma empresa e os produtos que ela oferece ao mercado devem depender da análise dos processos e da adoção de práticas de proteção ao meio ambiente, como o uso de fontes renováveis de energia e a reciclagem de materiais.
- Ⓓ A concepção de sustentabilidade está associada ao impacto ambiental decorrente do processo produtivo de uma empresa, não tendo relação direta com a ética, ou seja, com o respeito com que a organização estabelece sua relação com o consumidor e com os trabalhadores envolvidos na produção.
- Ⓔ As pessoas são o principal componente do pilar econômico do desenvolvimento sustentável, pois lucram com o fruto de seu trabalho e consomem, sendo as maiores beneficiárias do sistema capitalista de produção.

Espaço livre

Questão 98

Número e taxa de homicídios registrados no Brasil por 100 mil habitantes – 2012 a 2022



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Evolução do número de homicídios no Brasil, no período de 2012 a 2022.** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e MS/SMS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (com adaptações).

Considerando o gráfico precedente e sabendo que o número de homicídios nele apresentado foi obtido pela soma dos óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra, assinale a opção correta a respeito da segurança pública e da violência no Brasil.

- Ⓐ Depreende-se do gráfico que o Brasil apresenta altas taxas de violência, sendo a insegurança motivada por crimes de homicídio um fator impulsionador do mercado de segurança privada e de tecnologia de segurança no país.
- Ⓑ O gráfico demonstra que a taxa de homicídios sempre foi elevada no Brasil, tendo-se mantido constante em todo o período avaliado.
- Ⓒ Pelos dados apresentados no gráfico, conclui-se que a redução da incidência de homicídios está diretamente relacionada ao investimento em políticas públicas de segurança direcionadas ao combate de operações de guerra causadas por facções criminosas.
- Ⓓ Conforme as informações do gráfico, os números e taxas relativos aos homicídios foram obtidos para cada grupo de 100 mil habitantes, o que indica que a ocorrência desse crime é maior em áreas populosas, como regiões metropolitanas.
- Ⓔ É correto concluir dos dados apresentados no gráfico que o índice de homicídios no Brasil é elevado, situação que se justifica pela ausência de legislação de controle do porte de armas no país.

Questão 99

Considerando o cenário político-econômico internacional atual, assinale a opção correta.

- Ⓐ A diminuição das exportações brasileiras impactou negativamente a produção agropecuária no país e influenciou o aumento da inflação devido à pouca oferta interna de produtos.
- Ⓑ A adoção, pelos Estados Unidos da América, de tarifas alfandegárias sobre o preço de produtos importados motivou retaliações de diversos países, o que reacendeu disputas comerciais internacionais.
- Ⓒ As taxas de importação impostas ao Brasil pelos Estados Unidos da América geraram impactos negativos em setores estratégicos das exportações brasileiras, como o setor grãos-carne e café.
- Ⓓ A China diminuiu as importações de produtos brasileiros, pois sua economia foi fortemente impactada pela diminuição das importações dos Estados Unidos da América.
- Ⓔ A economia norte-americana tem um peso considerável nas exportações brasileiras, o que impacta a economia nacional, dada a dificuldade de o Brasil encontrar novos mercados de exportação.

Questão 100

No que concerne ao contexto atual da educação brasileira, assinale a opção correta.

- Ⓐ No século XX, a maioria dos estudantes brasileiros da educação básica pertencia à segunda e à terceira geração familiar, ou seja, seus avós e(ou) pais já haviam tido acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.
- Ⓑ Com a pandemia de covid-19, em 2020, consolidou-se, no Brasil, o modelo de ensino a distância, o que permitiu o aumento do número de estudantes e concluintes do ensino básico em relação aos anos anteriores e a redução da evasão e da desistência escolar.
- Ⓒ A formação dos professores da educação básica deve ser continuada, pois o desenvolvimento de metodologias ativas, a cultura de sucesso e a eficácia escolar dependem da formação e qualificação permanente dos docentes.
- Ⓓ Atualmente, no Brasil, a rede pública de ensino é a que oferta a maior quantidade de vagas na educação básica, estando a sua gestão sob responsabilidade de professores efetivos das secretarias estaduais de educação.
- Ⓔ O maior desafio da educação básica brasileira atualmente é alcançar o objetivo de homogeneização do processo de aprendizagem do alunado, que deve ser padronizado a fim de atender às demandas do mercado de trabalho.